

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO

LARISSA PEREIRA EIRAS

**Responsabilidade civil do Estado Legislador:  
leis de efeitos concretos**

**RIBEIRÃO PRETO  
2020**

**LARISSA PEREIRA EIRAS**

**Responsabilidade civil do Estado Legislador:  
leis de efeitos concretos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito

Orientador: Professor Associado Thiago Marrara

**RIBEIRÃO PRETO**

**2020**

## RESUMO

EIRAS, Larissa Pereira. **Responsabilidade civil do Estado Legislador:** leis de efeitos concretos. 2020. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito) – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020.

A presente dissertação aborda a problemática questão da responsabilidade civil do Estado Legislador, especificamente na hipótese de leis de efeitos concretos. A hipótese é que o Estado pode ser responsabilizado e que o caráter ilícito da lei inconstitucional não é um elemento decisivo; o que importa é o resultado danoso. Por essa razão, a lei de efeitos concretos ganha especial importância, visto que o enfoque se circunscreve aos efeitos irradiados pelo ato legislativo (resultado) e não ao seu conteúdo. Fixada a possibilidade de responsabilização do Estado e determinado o papel da lei de efeitos concretos nessa simbiose, serão apresentadas, ao final, propostas teóricas sintetizadas de acordo com os estudos desenvolvidos ao longo do presente trabalho.

**Palavras-chave:** Estado Legislador; responsabilidade civil; ato legislativo; lei de efeitos concretos.

## **ABSTRACT**

EIRAS, Larissa Pereira. **Civil liability of the Legislating State:** concrete effects law. 2020. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito) – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020.

This dissertation addresses the problematic issue of the civil liability of the Legislating State, specifically in the hypothesis of concrete effects law. The hypothesis is that the State can be held responsible and that the illicit nature of the unconstitutional law is not a decisive element; what matters is the damaging result. For this reason, the concrete effects law gains special importance, since the focus is limited to the effects radiated by the legislative act (result) and not in its content. Once the possibility of State accountability is fixed and the role of the concrete effects law in this symbiosis is determined, theoretical proposals will be made, synthesized according to the studies developed throughout the present work.

**Key-words:** State; civil liability; legislative act; concrete effects law